

CONSTRUÇÃO DE CONSENSOS

Roberto Figueiredo Guimarães
Diretor da ABDIB e ex-Secretário do Tesouro Nacional

Enfim, passamos pelo primeiro turno das eleições 2026. Foram cerca de vinte mil candidatos. Muitos governadores já foram eleitos e haverá segundo turno para alguns governos estaduais e para presidente da república.

As novas Assembleias Legislativas e o novo Congresso Nacional também já foram montados. Independentemente do resultado do segundo turno para presidente, 2027 deverá ser marcado pela negociação, muita negociação, com muito mais economia política do que política econômica propriamente dita.

Se fosse apenas política econômica, que é o conjunto de ações e decisões adotadas pelos governos para gerir a economia, seria mais fácil, pois há mais consenso do que dissenso quanto às reformas necessárias, principalmente na área fiscal. O problema do orçamento da União não é a falta de recursos, mas sua alocação. Enquanto menos de R\$ 20 bilhões são destinados à infraestrutura, R\$ 60 bilhões são utilizados por emendas parlamentares, na maioria desvinculadas de programas de governo.

É aí que entra a economia política, que trata justamente de como arrecadar e alocar os recursos públicos, ou seja, como a riqueza é distribuída. Dado o *status quo* e considerando que reformas são necessárias para colocar o país numa trajetória de crescimento sustentável, a economia política decide quem ganha e quem perde. Subsídios e incentivos fiscais e certas despesas públicas eventualmente precisarão ser revistos. E por aí vai.

É na economia política que se constrói consensos e 2027 será fértil em negociações, dado o ambiente político e crises entre e dentro dos Poderes da República. Será preciso resgatar a independência e harmonia entre os Poderes, como estabelece o Art. 2º da Constituição Federal.

Esses consensos, na verdade, já devem estar sendo gestados nas costuras políticas de apoios partidários para o segundo turno das eleições presidenciais.